



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Estado do Pará**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**DISPENSA ELETRÔNICA – Art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021**  
**PGEA: 1.23.000.002361/2023-35**

**1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para instalação com fornecimento de material de segurança tipo rede de proteção, com a estrutura metálica necessária, nas coberturas e nos vãos onde se fizer necessário proteção contra risco de queda de grandes alturas dos Edifícios Sede e Anexo da PR-PA.

1.1. Contratação de prestação de serviços com material, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

- a) O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum de engenharia e não contínuo.
- b) Ramo de Atividade predominante da contratação: 4330-4/02.
- c) Quantitativos estimados:

**Planilha de Quantitativo de Material a Ser Fornecido**

PR- PA

Serviço: Instalação de Rede de Proteção

Setor ASSINF - Assessoria de Infraestrutura

Area (m²):

Base de dados:

Item	Local de Instalação	Descrição	Unid.	Quant.
1.	6º Nível Edifício Anexo	Tela de proteção em fio de multifilamentos em polietileno de alta densidade com 100% malha 5,00cm x 5,00cm virgem. Espessura do fio mínima de 3,00mm. resistência mínima da rede de 350kg/m² na cor branca com formato em losango, com proteção UV, antiferrugem, antiabsorvente, antioxidante, não condutor de eletricidade e com garantia mínima de 3 anos pelo fabricante, com mão de obra inclusa, tanto a rede quanto o serviço de instalação devem estar de acordo com as normas vigentes da ABNT - NBR 16046-1, NBR 16046-21 e NBR 16046-3 e contar com certificação do INMETRO vigente	M²	137,92
2.	Térreo Edifício Anexo – Vão de Acesso de Veículos ao 1º Subsolo	Tela de proteção em fio de multifilamentos em polietileno de alta densidade com 100% malha 5,00cm x 5,00cm virgem. Espessura do fio mínima de 3,00mm. resistência mínima da rede de 350kg/m² na cor branca com formato em losango, com proteção UV, antiferrugem, antiabsorvente, antioxidante, não condutor de eletricidade e com garantia mínima de 3 anos pelo fabricante, com mão de obra inclusa, tanto a rede quanto o serviço de instalação devem estar de acordo com as normas vigentes da ABNT - NBR 16046-1, NBR 16046-21 e NBR 16046-3 e contar com certificação do INMETRO vigente	M²	42,00
3.	1º Subsolo Edifício Anexo – Vão de Acesso de Veículos ao 2º Subsolo	Tela de proteção em fio de multifilamentos em polietileno de alta densidade com 100% malha 5,00cm x 5,00cm virgem. Espessura do fio mínima de 3,00mm. resistência mínima da rede de 350kg/m² na cor branca com formato em losango, com proteção UV, antiferrugem, antiabsorvente, antioxidante, não condutor de eletricidade e com garantia mínima de 3 anos pelo fabricante, com mão de obra inclusa, tanto a rede quanto o serviço de instalação devem estar de acordo com as normas vigentes da ABNT - NBR 16046-1, NBR 16046-21 e NBR 16046-3 e contar com certificação do INMETRO vigente	M²	21,00
4.	2º Nível Edifício Sede	Tela de proteção em fio de multifilamentos em polietileno de alta densidade com 100% malha 5,00cm x 5,00cm virgem. Espessura do fio mínima de 3,00mm. resistência mínima da rede de 350kg/m² na cor branca com formato em losango, com proteção UV, antiferrugem, antiabsorvente, antioxidante, não condutor de eletricidade e com garantia mínima de 3 anos pelo fabricante, com mão de obra inclusa, tanto a rede quanto o serviço de instalação devem estar de acordo com as normas vigentes da ABNT - NBR 16046-1, NBR 16046-21 e NBR 16046-3 e contar com certificação do INMETRO vigente	M²	52,94

d) Prazo do contrato:

O contrato terá vigência de 6 (seis) meses a partir da emissão da ordem de serviço, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

## **2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A aquisição visa prover os ambientes das coberturas e das áreas onde dispõem de vãos que possam proporcionar risco de queda nos Edifícios Sede e Anexo da PR-PA com redes de proteção para ampliar a proteção aos usuários, crianças inclusive.

2.1. O objeto da contratação não foi previsto no Plano de Contratações Anual 2025.

2.2. Enquadramento da contratação:

A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observando as demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

## **3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. O objeto da contratação compreende, as telas de proteção em fio de multifilamentos em polietileno de alta densidade com 100% malha 5,00cm x 5,00cm virgem. Espessura do fio mínima de 3,00mm. resistência mínima da rede de 350kg/m<sup>2</sup> na cor branca com formato em losango, com proteção UV, antiferrugem, antiabsorvente, antioxidante, não condutor de eletricidade e com garantia mínima de 3 anos pelo fabricante, com mão de obra inclusa, tanto a rede quanto o serviço de instalação devem estar de acordo com as normas vigentes da ABNT - NBR 16046-1, NBR 16046-21 e NBR 16046-3 e contar com certificação do INMETRO vigente, deve ser instalada conforme descrito abaixo: - 6º nível do Edifício Anexo e 2º nível do Edifício sede a rede de proteção será instalada sobre o guarda-corpo com a utilização de ganchos fechados, para evitar que a rede se solte, a cada 35,00cm, com ancoragem, quando, ou se necessário, utilizar estrutura metálica tubular em aço inox com espessura mínima de 2,00”, capaz de resistir as necessidades, a uma distância determinada pelo instalador, com a fixação da estrutura metálica auxiliar no guarda-corpo ou na viga superior feita em chapa de aço galvanizado com cobertura em aço inox, fixada ao guarda-corpo com parafusos tipo “chumbador parabolt”.

- Vão de ventilação de rampa de descida de veículos do Edifício Anexo, a rede de proteção será instalada interligando as paredes e fechando por completo o vão entre o térreo e o 1º subsolo e metade do vão, na parte mais alta do guarda corpo, entre o 1º subsolo e o 2º subsolo com a utilização de ganchos fechados, para evitar que a rede se

solte, a cada 35,00cm, com ancoragem, quando, ou se necessário, utilizar estrutura metálica tubular em aço inox com espessura mínima de 2,00”, capaz de resistir as necessidades, a uma distância determinada pelo instalador, com a fixação da estrutura metálica auxiliar no guarda-corpo ou na viga superior feita em chapa de aço galvanizado com cobertura em aço inox, fixada ao guarda-corpo com parafusos tipo “chumbador parabolt”.

3.2. Forma de execução da contratação: indireta, em regime de empreitada por preço unitário.

3.3. CATSER: 16675.

#### **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os requisitos necessários para a presente contratação são:

4.1.1. O contrato incluirá um prazo de garantia de 3 anos para reparos e manutenção, e o cronograma de instalação deve ser submetido para aprovação antes do início dos serviços.

#### **4.4. SUBCONTRATAÇÃO:**

4.4.1. Não será admitida subcontratação.

#### **4.5. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:**

4.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, sendo entrega imediata e sem parcelamentos.

#### **4.6. VISTORIA**

4.6.1. É facultado e recomendável a realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais;

4.6.2. A não realização da visita não admitirá à CONTRATADA qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta contratação;

4.6.3. A vistoria deverá ser agendada com a servidora chefe da Seção de Manutenção e Serviços Gerais (SMSG), Renata Ramos Vieira, pelo telefone (91) 98477-2988 e ser realizada das 9h às 16h. E-mail: [renatavieira@mpf.mp.br](mailto:renatavieira@mpf.mp.br). A vistoria deverá ser realizada até 1 dia útil antes do início da fase de disputa (abertura da dispensa).

4.6.4. Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo abaixo:

### **Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições Inerentes à Natureza do Serviço**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal ou preposto, o(a) Sr(a).

\_\_\_\_\_, portador da identidade nº \_\_\_\_\_,

DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como com as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Belém (PA), *(dia)* de *(mês)* de *(ano)*

\_\_\_\_\_  
(Nome completo do responsável ou preposto)

\_\_\_\_\_  
Assinatura

## **5 – EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. O prazo de prestação dos serviços deverá seguir o que consta no item 1.1, item “d”, do TR;

5.2. Os serviços deverão ser executados no endereço abaixo:

a) Rua Domingos Marreiros n. 690, Umarizal – Cep: 66.055-215 – Belém-Pará. (Prédiosede e anexo).

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para atender todas as condições deste instrumento.

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços, será de, 3 (três) anos, a contar do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

## **6 – GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos

comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.12. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:



a) as despesas e providências necessárias à inscrição junto aos órgãos e repartições competentes; a1) obtenção de todas as licenças e franquias necessárias à perfeita consecução dos serviços, pagando os emolumentos definidos na legislação e observando todas as leis, regulamentos e posturas referentes ao contrato e à segurança pública; a2) as despesas com multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, em consequência de fato a ela imputável ou por ato de seu pessoal, inclusive aquelas que por efeito legal sejam impostas à CONTRATANTE; a3) o cumprimento das Normas Regulamentares – NR's, especialmente as de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, obrigando seus empregados e subcontratados a utilizarem os equipamentos de proteção individuais necessários para elidir a periculosidade e/ou insalubridade, bem como apresentando sua certificação; a4) a retirada do local, imediatamente após o recebimento da ordem correspondente emitida pela CONTRATANTE, de qualquer pessoa (empregado, tarefeiro, operário, subcontratado, prestador de serviços, entre outros), cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente, inadequado ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do serviço, devendo sua reposição ser efetuada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas; a5) fornecer todos os materiais indispensáveis à boa execução dos serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas e projetos executivos, assumindo as despesas referentes ao transporte, carga, descarga e movimentação dos mesmos, bem como respectivas perdas e estocagem, dentro e fora do canteiro; a6) transmitir para a CONTRATANTE todas as comunicações oficiais por escrito; a7) comunicar oficialmente à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer irregularidade, bem como as providências a serem tomadas; a8) assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, submetendo os materiais a serem empregados à prévia aprovação da CONTRATANTE, que se reserva no direito de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados;

#### 6.13. Caberá à CONTRATANTE:

- a) Permitir acesso da CONTRATADA ao local onde serão desenvolvidas as atividades pertinentes aos serviços constantes do objeto;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- c) Indicar os servidores que fiscalizarão a execução dos serviços;
- d) Promover, por meio de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela; e) Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes;



f) Aprovar, desde que justificada, a substituição do profissional responsável pela execução dos serviços, respeitada a experiência equivalente ou superior do profissional substituído.

## 7 – MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme prescrições abaixo para aferição da qualidade da prestação do serviço.

7.1.1. Para efeito de aplicação de glosas são atribuídos percentuais incidentes às infrações, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal vigente;

7.1.2. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o IMR para fins de medição dos resultados. Deverá haver o redimensionamento no pagamento mensal, sempre que a CONTRATADA:

7.1.2.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.2.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.3. Caso a CONTRATADA não mantenha o nível de qualidade dos serviços, o CONTRATANTE descontará do pagamento mensal os percentuais abaixo relacionados:

Item	Descrição	verificação	Percentual
1	Verificar se a rede instalada atende às especificações técnicas descritas no Termo de Referência (por exemplo, tipo de material, espessura, dimensões e resistência).	Inspeção ao final da instalação e durante a fase de testes.	10%
2	Avaliar se a rede foi instalada de forma segura e estável, sem riscos para a integridade das estruturas e para os usuários.	Inspeção técnica por engenheiro ou profissional habilitado	5%
(...)	Verificar se o serviço foi concluído dentro do prazo estipulado no contrato	Comparar datas de início e conclusão com o cronograma estabelecido	2%

7.2. Durante a execução contratual, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do serviço para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

7.3. À CONTRATADA será permitido apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

7.4. A cada relatório circunstanciado ou fatura ou nota fiscal, para fins de pagamento, corresponderá aplicação individualizada do Instrumento de Medição de Resultados –

IMR da prestação do serviço;

7.5. O valor devido a título de pagamento mensal à CONTRATADA será mensurado a partir da aplicação das condições do Instrumento de Medição de Resultados da qualidade do serviço, até um teto mensal para glosa de 10% do custo mensal do contrato;

7.6. A aplicação das glosas não compromete a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

#### **7.7. Do recebimento**

7.7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após a comunicação escrita feita pela Contratada, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7.1.1. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7.1.2. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.7.1.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7.2. O serviço será recebido definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.2.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7.2.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento

da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.2.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.2.4. Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.2.5. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7.2.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.8. Do Faturamento**

7.8.1. Após comunicação do gestor do contrato e no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em Procuradoria da República no Estado do Pará, CNPJ: 26.989.715/0019-31, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) - Lei nº 12.440/2011).

7.8.2. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

7.8.3. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

7.8.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

7.8.5. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.8.6. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

## 7.9. Das condições de pagamento

7.9.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelo serviço efetivamente prestado, em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

7.9.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.9.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

7.9.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

7.9.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$ , assim apurado:  $I = \frac{(6/100)}{365}$  I = 0,00016438

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.9.5.1. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

7.9.6. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

(CONFINs) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

7.9.7. A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) da prestação do serviço, se for o caso, referentes ao mês de competência da prestação de serviços ou de meses anteriores.

## **8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por dispensa de licitação (Art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021), sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021)

### **8.3. Habilitação jurídica**

8.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.4.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo DecretoLei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

## Habilitação Técnica (qualificação)

8.5. A qualificação técnica visa assegurar que os licitantes possuam a experiência, competência e capacidade técnica necessárias para a execução do objeto do presente certame, garantindo a qualidade dos serviços/produtos oferecidos.

8.5.1. Documentação exigida: Os licitantes deverão apresentar, juntamente com a proposta, a seguinte documentação que comprove sua qualificação técnica:

8.5.1.2. **Atestado de Capacidade Técnica:** documento que comprove a realização de serviço(s) semelhante(s), emitido(s) por Contratante(s) anteriore(s), contendo informações sobre o escopo e resultados dos serviços prestados, com no mínimo, 20% (vinte por cento) do total da área (253,86m<sup>2</sup>) a ser executada o serviço, a saber, **50,77m<sup>2</sup> de área instalada, para fins de comprovação.** (art. 67, §1º, 2º e 3º da lei 14.133/2021), além da Súmula TCU n.º 263 (*a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado*). O não atendimento à documentação exigida ou a não comprovação da qualificação técnica poderá resultar na desclassificação do licitante.

## 9 – ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO.

9.2. O valor total máximo estimado para a prestação do serviço com todo o material necessário incluso é de **R\$ 19.128,35** (dezenove mil, cento e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos). A planilha com a metodologia tratada de acordo com a Portaria PGR/MPU n.º100 de 31 de maio de 2023, para o preço de referência, encontra-se anexada ao Processo Administrativo (PGEA).

## 10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

UG Executora 200075;  
Programa de Trabalho: 03062003142640001;  
Plano Interno MBASIC;  
Fonte 100;  
Natureza da Despesa 339039.

Belém (PA), *(data conforme assinatura digital)*

Luiz Reginaldo Farias de Souza  
Técnico do MPU/Administração  
Matrícula: 26087